

# Impasses e dilemas no Trabalho Institucional Socioeducativo: Adolescência, Desamparo e Suicídio

Mônica Eulália da Silva Januzzi

Andréa Mâris Campos Guerra

## RESUMO

Recorte de pesquisa que investigou se a experiência do desamparo, presente em quatro casos de adolescentes em situação de vulnerabilidade e em cumprimento de medidas socioeducativas, funcionaria como coordenada para a construção de ações específicas de cuidado nas intervenções psicossociais com esses jovens. Neste artigo, elegemos um dos casos como paradigmático, ou seja, que ensina sobre o trabalho com jovens institucionalizados, ante o risco de suicídio. Metodologicamente, baseamo-nos na noção de caso único presente na psicanálise freudiana e que consiste em tomar um caso em sua singularidade, ainda que faça parte de um grupo de outros, para extrair dele aquilo que ensina acerca da temática. Retomamos o conceito de desamparo e angústia, em Freud e Lacan, para identificar a experiência do desamparo no caso e daí analisar aquilo que ensina acerca do manejo transferencial. Como resultado, o artigo demonstra que é possível extrair do caso princípios clínicos norteadores para o trabalho institucional com jovens em privação de liberdade, diante do risco de suicídio, mesmo em instituições não psicanalíticas, desde que sejam possíveis iniciativas e projetos que considerem a dimensão singular da realidade psíquica diante do real do desamparo.

*Palavras-chave:* desamparo; adolescência; suicídio; instituição; medida socioeducativa.

## ABSTRACT

### Impasses and Dilemmas of Institutional Work Socio-Educational: Adolescence, Helplessness, and Suicide and Suicide

Excerpt from research that investigated whether the meaning of helplessness, present in four cases of adolescents in vulnerable situations and complying with socio-educational measures, would function as a coordinate for the construction of specific care actions in psychosocial interventions with these teens. In this article we chose a paradigmatic case, that is, a case that teaches about working with institutionalized teens facing the risk of suicide. Methodologically, we are based on the notion of a single case present in Freudian psychoanalysis and which consists of taking a case in its singularity, even if it is part of a group of others, to extract from it what it teaches about the theme. We revisit the concept of helplessness and anguish in Freud and Lacan to identify the meaning of helplessness in this case and then analyze what it teaches about transference management. In conclusion, the article demonstrates the possibility to extract from the case guiding clinical principles for institutional work with young people deprived of liberty, facing the risk of suicide, even in non-psychoanalytic institutions, as long as it is possible to implement initiatives and projects that consider the singular dimension of psychic reality compared to the reality of helplessness.

*Keywords:* helplessness, adolescence, suicide, institution, socio-educational measure.

## Sobre os Autores

J. M.  
orcid.org/0000-0003-0788-9968  
Pontifícia Universidade Católica  
de Minas Gerais (PUC Minas) –  
Belo Horizonte, MG  
[monicaesilva@yahoo.com.br](mailto:monicaesilva@yahoo.com.br)

G. A.  
orcid.org/0000-0001-5327-0694  
Universidade Federal de Minas  
Gerais (UFMG) – Belo Horizonte,  
MG  
[andreamcguerra@gmail.com](mailto:andreamcguerra@gmail.com)

## Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



Este artigo apresenta um recorte de pesquisa<sup>1</sup> desenvolvida no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Núcleo de Psicanálise e Pesquisa no Contemporâneo (PSILACS), entre os anos de 2019 e 2021. O estudo visava a investigar se a experiência do desamparo, presente nos casos de adolescentes em situação de vulnerabilidade, poderia funcionar como coordenada para a construção de ações específicas de cuidado nas intervenções psicossociais. Situamos em Freud (1895/1996g) as balizas teórico-conceituais referentes aos termos desamparo e ação específica e buscamos, em Guerra e Januzzi (2020), as modalidades que o estatuto do desamparo ganha na obra freudiana.

Ocorreu-nos que, na análise qualitativa de nossa amostra de quatro casos de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, encaminhados ao PSILACS mediante a demanda de supervisão clínica e institucional da equipe do Projeto Ciranda, da Faculdade de Direito da UFMG, um deles colocou em xeque nosso problema de pesquisa pela radicalidade apresentada no ato suicida que ocorreu enquanto o jovem estava institucionalizado. Longe de propormos soluções reducionistas para situações semelhantes e de tamanha complexidade, nossa posição é a de, reconhecendo a radicalidade da questão apresentada pelo caso, tomá-lo como paradigmático naquilo que pode ensinar para o trabalho com adolescentes institucionalizados e em privação de liberdade, ante o risco de suicídio. Para isso, neste artigo, buscamos perceber no caso a experiência do desamparo, situando-o como uma coordenada clínica que, como tal, permite identificar sinais de alerta, bem como orientar o manejo do trabalho institucional.

Assim, estruturamos o artigo em três eixos: 1) a adolescência institucionalizada; 2) a experiência do desamparo; e 3) o ato suicida e a função da angústia. Por fim, propomos alguns princípios possíveis para o trabalho institucional com base no manejo da transferência negativa.

## MÉTODO

O caminho metodológico se consolidou a partir do trabalho das supervisões clínico-institucionais com a equipe do Projeto Ciranda, conduzido pela seguinte questão: o que o caso ensina acerca dos riscos de suicídio na adolescência? A supervisão clínica, ou análise de controle, é um dispositivo que integra o tripé de formação do analista (estudo teórico, supervisão clínica e análise pessoal), proposto por Freud (1926/1996c). No âmbito da psicanálise aplicada ao sintoma institucional, as contribuições da supervisão também podem ser produzidas em qualquer instituição junto a profissionais não psicanalistas (Freud, 1926/1996c).

Nas supervisões, o estudo teórico-conceitual se deu mediante o método do caso único (Miller, 2006), existente na

psicanálise desde Freud. A característica de exceção presente no caso diz do sujeito sempre constituído como aquele que escapa à regra das classificações e das generalizações e, por isso, possibilita o encontro com o novo que cada caso permite ensinar. Nesse método, o caso, mesmo quando analisado entre outros, não produz seriação, mas engendra a extração de elementos singulares que ensinam a outros, tornando-o, assim, paradigmático, ou seja, um caso que ensina.

Os encontros nos quais discutimos os casos e, em especial, o caso do jovem a quem aqui chamaremos Gabriel, ocorreram quinzenalmente, ao longo de 2019, na PSILACS. O caso em questão foi discutido em dois encontros nos quais, os profissionais que o acompanharam no cumprimento da medida socioeducativa, durante os ciclos da justiça restaurativa, apresentavam o caso, relatando-o com base nos registros documentais da instituição e nas questões e impasses presentificados na prática da equipe. Os pesquisadores apresentavam suas impressões e discutiam os aspectos relevantes a fim de contribuir com a formação dos profissionais. No fim, buscamos responder à pergunta orientadora e propor encaminhamentos no âmbito do manejo clínico-institucional. Todos os encontros foram gravados e transcritos.

A análise dos casos se deu, tal como propõe Ramírez (2012), baseando-se na estrutura do método clínico de Freud, que consiste em dois momentos: no primeiro, estabelece-se a escrita e a elaboração clínica do caso e, no segundo, busca-se extrair seus elementos-chave, ou seja, categorias de pesquisa ou os significantes do sujeito. Como escreve Miller (2001, p. 9), em psicanálise, também contamos com o uso de categorias, “uma qualidade atribuível a um objeto, o que a converte em uma classe onde é possível colocar objetos de igual natureza, ou seja, um princípio de classificação”, ainda que tratemos de caso único.

## RESULTADOS

### ADOLESCÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

Não é novidade que, desde estudos próprios ao campo das Ciências Humanas (Ariès, 1981), a noção de adolescência, tal como a concebemos hoje, ganhou contornos específicos, cuja delimitação situam-na como uma construção social, advinda de transformações políticas e econômicas, instauradas ao longo da Modernidade e dos modos de subjetivação daí advindos, como um dos produtos dessa nova ordem social. No campo próprio ao da psicanálise freudiana, Stevens (2004) propôs, já há algum tempo, que a adolescência é sintoma da puberdade, ou seja, uma resposta psiquicamente sintomática e singular do sujeito ante o real das transformações pubertárias. O próprio

Freud (1905/1996i) preferia o termo puberdade para abordar esse tempo lógico em que as transformações biológicas do corpo convocam uma subjetivação psíquica capaz de produzir uma resposta ao trauma da sexualidade que surge, basicamente, a partir de duas questões: responder àquilo que do real do sexo convoca o sujeito e seu corpo, e deparar-se com a queda dos ideais da infância e a ruptura com a autoridade dos pais, a partir da constatação da falha no Outro. Outro foi termo criado por Lacan (1954/1985) para dizer do campo simbólico no qual o sujeito emerge, muito antes de seu nascimento. Um campo próprio das significações e equívocos, com as quais o sujeito tem de lidar para situar-se ante o que acredita que é esperado dele.

A noção de tutela que se inaugura com a noção de adolescência, seja pela família ou pelo Estado, revela um contexto de práticas disciplinares que se acentuam a partir do século XVIII, como denunciou Foucault (1987), reverberando em um não lugar que se atribui ao jovem, sobretudo periférico e, portanto, marginalizado. Como observam Rizzini e Pilloti (1995), tais características são herdeiras do Brasil colônia, permanecendo quase inalteradas até meados do século XX. Nessa primeira metade do século, o movimento higienista instrumentalizou o discurso médico-preventivo no País, dirigindo suas ações para as populações periféricas, mediante ações transversalmente atravessadas por marcadores étnico-raciais. Já na segunda metade do século XX, a institucionalização arbitrária de jovens pobres e periféricos, feita pelo Estado em decorrência, quase que imediata, da destituição do pátrio poder de famílias de baixa renda, surgiu como medida de garantia da ordem social. Na prática, ainda hoje, o que o trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade revela (Guerra et al., 2021) é que, mesmo após a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), fortes resquícios desse discurso punitivo colonial e disciplinar conduzem muitas das ações voltadas à infância pobre e negra no País (Rizzini & Pilloti, 1995).

A institucionalização de Gabriel ocorre por ocasião de um conflito com sua mãe, que estava alcoolizada e agressiva. Gabriel, um jovem negro e periférico, desentendeu-se com ela, ameaçou-a, bem como a seus três irmãos, e os trancou em casa. O episódio foi caracterizado como cárcere privado. A polícia foi chamada, e o jovem foi levado para o Centro de Internação ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH), onde foi escutado e convidado a participar do Projeto Ciranda, da justiça restaurativa. O convite veio quando o jovem verbalizou para a promotora de Justiça seu desejo de se desculpar com a mãe pelo ocorrido: “Ah... Eu fiz isso errado, eu não gostaria de fazer... É a minha mãe. É muita vergonha” (Gabriel). Assim, no discurso do jovem, surgiu o que a justiça restaurativa chama “potencial restaurativo” do caso (Arlé, 2018). A inclusão do jovem nesse

programa, foi que o permitiu a chegada do caso para a psicanálise, via a supervisão clínica e institucional.

Entendemos que o caso do jovem que ora apresentamos revela como o contexto que levou à sua institucionalização é herdeiro das reverberações de um discurso disciplinar e colonial que ainda se inscreve nas práticas judiciais. No entanto, queremos demonstrar também que o encontro com iniciativas como as do Projeto Ciranda de Justiça Restaurativa trouxe uma aposta importante na oferta de uma direção oposta a essa abordagem, ainda que não tenha sido possível evitar o pior.

## **A EXPERIÊNCIA DO DESAMPARO**

No CIA, Gabriel dizia aos técnicos do Projeto Ciranda que era muito nervoso, que carregava muita raiva consigo e que tinha grandes dificuldades para se controlar, o que levou os técnicos a suspeitarem de que ele tivesse prendido a mãe e os irmãos para não os agredir. Na instituição, ele evitava conviver ou conversar com os outros garotos, preferindo ficar mais recluso, sem se relacionar com ninguém, evitando brigas e discussões.

Sobre a relação de Gabriel com sua família, soubemos pelos técnicos que os pais se separaram quando ele ainda era criança. Da mãe, soubemos que ela buscou refazer a vida com outros companheiros e que teve outros três filhos. Ao longo da separação, Gabriel viveu períodos com ela e outros com o pai, até que acabou ficando com a mãe. A avó materna dizia à equipe do Ciranda que a mãe de Gabriel era uma mulher de difícil convívio e que isso se agravou pelo uso abusivo de álcool. Havia, por parte da mãe, negligência com todos os filhos, mas isso se particularizava com Gabriel, já que, com ele, ela era indiferente. O avô materno perdeu a casa da família em uma mesa de jogos. O padrasto trabalhava e cuidava da família, mas havia relatos de agressões físicas contra a mãe. O pai, quando ainda estava casado com a mãe de Gabriel, também batia nela. Após a separação, ele se uniu a outra mulher, quando Gabriel ainda era criança, mas não se sabe se ele teve filhos dessa união. A relação com o pai era notadamente marcada pela agressividade e muita raiva. O jovem contou à equipe do Ciranda que, quando criança, o pai chutava sua cabeça, com raiva, sempre que ele fazia algo que incomodasse sua madrasta. Não nos pareceu pouca coisa que, certa vez, ao tentar explicar aos técnicos a estranheza que lhe causava sua agressividade, contou: “Olha, teve uma vez que eu bati no meu amigo de escola, chutei a cabeça dele, de não parar” (Gabriel).

Apesar das muitas lacunas na história de Gabriel, o jovem parecia ter vivenciado, a seu modo, os excessos do Outro por meio de experiências de maus-tratos e negligências. Por isso, nos pareceu que, aquilo que o tivesse conduzido ao desfecho do suicídio, não poderia ser considerado sem reconhecermos aí as condições que situam o sujeito em relação ao que Freud

(1895/1996g) nomeou de “estado de desamparo”. A definição do estatuto teórico conceitual do desamparo em Freud encontrou sistematização no trabalho de Autor (2020), com a modalização dessa noção ao estudarem jovens em situação de vulnerabilidade que faziam uso abusivo de drogas. As autoras propuseram que a noção de desamparo presente nos casos estudados permitiria considerá-los com base em três modalidades: o desamparo estrutural, o generalizado e o radical.

A dimensão estrutural do desamparo em Freud (1895/1996g) pode ser encontrada no desamparo primordial do pequeno vivente, também participando do processo de constituição do sujeito. Trata-se de uma operação lógica que permite ao organismo passar à condição de sujeito a partir daquilo que, na relação com uma alteridade, engendra a trama entre necessidade, demanda e desejo. A segunda modalização do desamparo circunscreve os ordenadores da ordem social de uma época que se impõem sobre os modos de subjetivação, de forma generalizada, a todos que compõem o entorno do sujeito. O Outro, que sempre se constituiu como um semblante para o sujeito, tendo o simbólico como dimensão encarregada de sustentar suas insígnias, encontra no contemporâneo uma “crise”, visto que nenhuma verdade subsiste inabalável mais e que todo discurso pode ser claramente construído e desconstruído. Na dimensão radical do desamparo, a ruptura com o Outro é o paradigma absoluto. Quando o desamparo deixa de se exercer em sua funcionalidade estrutural, ou seja, quando fracassa a relação do sujeito com o desejo do Outro, o desamparo radical encontra terreno fértil, e a ruptura com o Outro se torna uma possibilidade plena, pela via do real.

Assim, no caso de Gabriel, propomos pensar o estatuto da agressividade, tal como lhe surge, no contexto das violências ao qual estava inserido, resultando na experiência do desamparo radical. Algo que se transmitia em sua história, não apoiado pela palavra, que parecia não conseguir mediar a angústia, surgia no corpo do sujeito, despertado por uma agressividade que lhe causava horror, estranheza e que pedia contenção. Na trama transgeracional, a agressividade estava no ódio da avó materna pelo marido que perdeu a casa no jogo, deixando-a sozinha com os filhos, no pai que punia Gabriel, chutando sua cabeça, no padrasto que espancava a mãe publicamente e na mãe, agressiva sob o efeito abusivo do álcool.

Como escreve Tendlarz (2010), a agressividade pode ser considerada como a expressão enigmática da pulsão de morte que, em Lacan, está relacionada à teoria do narcisismo. Gabriel tentava sustentar um corpo, cuja imagem que retorna da relação com o Outro parental o reduzia a um resto não falicizado. Deslizavam-se ali modos de identificação, mas, sobretudo, de satisfação que horrorizavam o jovem, visto que ele constatava algo da ordem de um horror, que lhe escapava,

já que ele tomava o corpo do outro como alvo dos mesmos atos agressivos, dos quais, em outro momento, ele mesmo fora objeto. A dialética da agressividade se estabelecia assim, a partir de um movimento auto e heteroagressivo. Na relação com o semelhante, o sujeito agride e é agredido, fato que repercute em distintos âmbitos da vida psíquica, em um transitivismo que se revelou na cena em que Gabriel prendeu a mãe e os irmãos, afastando-os de si mesmo e, em um segundo momento, que culminaria na autoagressão final do suicídio.

No texto *A agressividade em psicanálise*, Lacan (1948/1988) ressalta o papel que a agressividade tem na economia psíquica, ao mesmo tempo em que a define como uma tensão correlata à identificação de uma estruturação narcísica que, como tal, implica a operação imaginária de constituição do Eu. Nesse momento da operação lógica da formação do Eu, o narcisismo primário precipita a primeira identificação do Eu, uma *imago* do corpo próprio que se apoia na dimensão de uma alteridade. No devir do sujeito, o narcisismo é anterior ao trabalho pubertário. A puberdade reedita a castração e mobiliza o Ideal de Eu, implicando em dois momentos: “Num antes em que ele deve assumir uma frustração libidinal e num depois em que ele transcende a si mesmo numa sublimação normativa” (Lacan, 1948/1988, p. 121).

Aqui cabe uma distinção a ser feita no âmbito inconsciente da relação do eu com os ideais. O *eu ideal* recolhe do narcisismo perdido dos pais o horizonte do que governa o que o sujeito *gostaria* de ser. Após a constatação desse impossível pelo encontro com a castração na travessia edipiana, retorna o que o “Ideal de Eu” vem reparar: o impossível de realizar-se, configurando-se como uma exigência imperativa. Trata-se do *dever* ser, que se presentifica, desde então, pelo imperativo superegoico e que coincide com a atualização do encontro do púbere com a perda dos ideais no trabalho de elaboração adolescente. A agressividade e suas imbricações com tal processo se fazem notar nas dificuldades do sujeito com seu desejo, cujos efeitos desse fracasso aparecem na inibição ou na recusa diante do outro.

No âmbito da autoagressão, ante os efeitos do fracasso do narcisismo primário, na falha estruturante da via narcísica, aquela em que “sua majestade o bebê” tende a se localizar nas relações parentais, Gabriel respondeu com o próprio corpo, pela via do real, aos efeitos que a experiência do desamparo fez recair sobre ele. Conforme o narcisismo implica uma relação falicizada, ainda que imaginária, entre o Eu e o semelhante, a agressividade implica uma intenção capturada no nível da linguagem, sendo assim passível de ser interpretada, recalcada ou sublimada. Gabriel, “fixado na imagem que o aliena em si mesmo” (Lacan, 1948/1988, p. 116), denunciava o sintoma familiar e respondia àquilo em

ato, com a heteroagressividade que o situava na trama transgeracional. O eu do homem, dizia Lacan (1948/1988), é irreduzível à sua identidade vivida, ou seja, há de se considerar a realidade psíquica.

Mas é preciso ressaltar que, no caso do jovem Gabriel, a agressividade que se apresentava não se revelava apenas por uma intenção decodificada na linguagem. Ela era verdadeiramente manifesta e ali se revelava em sua eficácia. “A eficácia própria dessa intenção agressiva (...) corrói, mina, desagrega; ela conduz à morte” (Lacan, 1948/1988, p. 107).

Convocado a decidir o que fazer com aquilo que recebeu no devir de sua história e, ainda que identificado ao lugar da falha, às voltas com um superego massacrante e em dificuldades com seu desejo, Gabriel parecia consentir com o sacrifício de uma parte de gozo. De acordo com os técnicos do Ciranda, o jovem preocupava-se com os irmãos e com a mãe. Um potencial de cuidado dirigido ao outro também surgiu quando desejou morar com a avó paterna, em virtude da morte do avô, para que ela não ficasse sozinha. E, no CIA, queria ser exemplo para os colegas. É preciso ir além da identificação com o sintoma parental, indica a psicanálise lacaniana. Servir-se de tais heranças, para ir além delas. Diante disso, Lacadée (2011) interroga:

*“Como o adolescente lidará com isso? Qual será sua margem de manobra entre os sobressaltos que surgem e a herança de sua infância? Arriscará toda sua vida ou saberá consentir com o sacrifício de uma parte de gozo que aí se mostra em jogo?” (p. 28)*

No caso de Gabriel, o ideal restaurativo não é suficiente para triunfar sobre o real em causa no desamparo e, na impossibilidade de se inscrever no desejo do Outro, impulsionado pela pulsão de morte, o que não cessa de não se inscrever, Gabriel rompe com o Outro.

## **A FUNÇÃO DA ANGÚSTIA E O ATO SUICIDA**

Após a decisão judicial, Gabriel foi internado num centro, ou seja, recebeu medida socioeducativa de meio fechado. Lá ele se destacava por seu interesse em assuntos diversos da atualidade e por gostar de ler, hábito do qual se ocupava em diversos momentos e que o situaria junto a interesses escolares na classe que passou a frequentar enquanto estava privado de liberdade. Os técnicos do Projeto relataram que o jovem parecia particularmente interessado nas aulas e suspeitavam de que aquele interesse se dirigia, de forma especial, à professora. Assim, frente a este preâmbulo, a relação que a escola passou a ter com o jovem se converteu em objeto de nossa atenção, visto que o ato do suicídio aconteceria logo depois de o jovem chegar de uma de suas aulas. Naquele dia, algo da relação do jovem com o Outro institucional pareceu ter avançado para o pior quando, no limite do ideal restaurativo, o ato suicida rompeu no real

traumático. Para entender o processo que culminou no suicídio, retornemos a Freud.

Em *Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar*, Freud (1914/1996b) diz que a juventude é o tempo no qual o sujeito vive a experiência do afrouxamento dos vínculos com a família e que, em nossa sociedade, instituições como a escola, destinadas a estabelecer relações pela via do saber, acabam funcionando como lugares em que o sujeito adolescente reencontra nos professores substitutos dos primeiros objetos de amor da infância, os pais. Na perspectiva de Freud, trata-se de uma relação que reedita aquela com os pais, trazendo à baila toda espécie de conflitos e ambivalências em um momento da vida em que o sujeito se vê confrontado com um “Ideal do Eu” que lhe convoca a descobrir seu lugar, não mais na família, mas no mundo.

Em *Considerações para uma discussão acerca do suicídio*, Freud (1910/1996d) ressalta que a escola, sobretudo a secundária, aquela que acolhe jovens, tem a especial função para:

*“Mais do que deixar de impelir os jovens para o suicídio; deve lhes dar vontade de viver e lhes proporcionar apoio e esteio numa fase da vida em que, pelas próprias condições de seu desenvolvimento, veem-se obrigados a afrouxar os vínculos com a casa dos pais e da família”. (p. 243)*

A cena que resulta no ato suicida de Gabriel iniciou-se com a última tentativa da equipe de marcar um encontro entre Gabriel e sua mãe, a pedido do jovem, para que pudesse se desculpar com ela. Ela nunca atendia a esse pedido. Segundo os técnicos da justiça restaurativa, ele teria se preparado para o encontro, assim como para a aula que teria pela manhã. Mas, naquele dia, algo aconteceu na aula, tendo em vista que, ao fim, Gabriel saiu de lá transtornado. Não se sabe ao certo o que houve, nem o que foi dito. Um gesto, um olhar, uma palavra? O que se sabe é que, horas depois, o jovem foi encontrado, em seu quarto, enforcado com lençol. Gabriel chegou a ser hospitalizado e permaneceu em coma por alguns dias. A mãe, mesmo sem saber do ocorrido, não compareceu ao CIA no encontro que teria com o filho. E, mesmo depois de ter sido informada da tentativa de suicídio, também não foi visitá-lo nos dias em que ele ainda ficou hospitalizado. Gabriel morreu sozinho, no hospital, alguns dias depois, aos 18 anos.

Freud antecipa a ideia de uma clínica dos atos na adolescência, quando acentua que, nesse tempo da vida, o sujeito tende a vivenciar uma particular presença de ideações suicidas. Nas atas da reunião de 13 de fevereiro de 1907, Freud e seus companheiros dos encontros das quartas-feiras, em que versavam sobre a construção da teoria psicanalítica, discutiram a peça teatral de Frank Wedekind, de 1889,



*Despertar da primavera* (Numberg & Federn, 1974). Sua narrativa, marcada pelo real da tragicidade, delinea os dilemas, frustrações, impasses e descobertas protagonizados por um grupo de jovens, filhos da Modernidade, entre os quais, para um deles, o suicídio surge como saída ante a angústia.

O tema também é objeto de estudo de psicanalistas contemporâneos. Alberti (2004), por exemplo, acentua o trabalho psíquico da adolescência, tal como dizia Freud (1905/1996i), ou seja, como uma travessia da infância para a vida adulta que resulta na separação da autoridade dos pais. Ela o faz com base na tese de que é o sujeito adolescente que precisa se separar da autoridade dos pais e não os pais que devem se separar do sujeito adolescente, sobretudo desistindo dele. Para a autora, é preciso que o Outro, como semblante, suporte o lugar do desejo, em especial, no momento em que o sujeito adolescente realiza seu trabalho psíquico.

A análise dos atos e dos riscos do suicídio na adolescência também foram estudados por Autor (2022), que ressaltou o quanto o tema é silenciado. O aumento dos casos entre a população jovem no Brasil e no mundo indica que algo escapa ao imperativo de gozo presente na ordem social atual. Diante do imperativo, “goze!”, o suicídio evidencia uma decisão decidida ante a ruptura como o Outro. Sua tese acentua a necessidade de o outro adulto abrir-se à escuta e, como estratégia, dilatar o tempo de conclusão do adolescente acerca do ato.

Ainda que as lacunas do caso tenham deixado diversos pontos inespecíficos, observamos, no caso de Gabriel, que, para o Outro parental, o jovem foi reduzido, pelo lado paterno, ao lugar de objeto de pancadas de sua violência sádica; e, pelo lado materno, tornou-se o resto desfalcizado de seus interesses. Foi na vacilação radical daquele lugar de desejo e no modo como o aparecimento dessas imagens reeditaram a posição do sujeito Gabriel na relação com o Outro que o risco do suicídio surgiu na forma do desamparo radical. Ainda que o Outro só pudesse existir pela estrutura de um semblante, a repetição da cena inconsciente que situava um corpo espancado e sem valor para o Outro deslizou perigosamente para a retirada de cena desse mesmo corpo. No ato, ele se tornou o objeto ejetável, dispensado da cena.

Lembremos que a única demanda que o jovem endereçou à instituição foi a de poder se desculpar com a mãe. Mas, pela mesma via em que se deslizava esse movimento desejante, havia também outra cena inconsciente, que se vislumbra com base num ideal que insistia em fracassar:

*Eu queria pedir desculpas pras pessoas lá em casa, e eu sei que eu não sou um exemplo pros meus irmãos mais novos... Eu tenho um de doze anos que já está usando*

*droga, e eu tenho vergonha de ser o filho mais velho e estar preso (Gabriel).*

Dividido entre desejar ser tudo para o Outro e se perceber como nada, um ideal superegoico pôs-se em curso, impondo-se sobre o sujeito e produzindo um resto sem significação, a que Lacan (1962-1963/2005) chamou “objeto pequeno a”. O objeto pequeno a é, ao mesmo tempo, anteparo para a identificação e para o amor e, por isso, o sujeito pode se identificar com o resto que o a constitui na relação com o Outro. O a, segundo Lacan (1962-1963/2005), é o objeto que não se tem, mas que pode ser reencontrado na identificação regressiva com o ser. Há, portanto, no *acting out*, uma “mostração” dirigida ao Outro, no sentido de articular o desejo com o que causa o desejo. Nesse nível da clínica dos atos, a cena em que Gabriel trancou a família em casa pode ser considerada como um *acting out* e, como tal, é passível de ser interpretada e manejada pela transferência. O *acting out* funciona como uma mensagem cifrada dirigida ao Outro.

Já a passagem ao ato, cujo paradigma, no caso Gabriel, foi o suicídio, é uma característica estrutural da relação do sujeito com o objeto a. Porém se trata de um movimento de embaraço maior do sujeito, vinculado à emoção que culmina em um comportamento disruptivo que leva o sujeito a sair de cena. “É então que, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historicizado, só ele pode manter-se em seu *status* de sujeito – [que] ele se precipita e despenca fora da cena” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 129).

Guerra e Ribeiro (2022) ressaltam, assim, a importância de se reconhecerem os indícios, as pistas e ameaças que atuam como possibilidades de prevenção ao suicídio na adolescência. No caso de Gabriel, a angústia surgiu como sinal real ante um ideal superegoico, impossível de ser alcançado e que o situava na relação com o Outro.

Lacan (1962-1963/2005) chama nossa atenção para o fato de que a angústia tem a função de orientar o analista na clínica. Ele equivale essa função à de um método, do qual se pode extrair uma lição sobre seu manejo, uma coordenada clínica que oriente aquele que escuta e que cuida a reconhecer no sujeito um ponto de insuportável. Por isso, de qualquer perspectiva que se proponha abordar o fenômeno do suicídio, seja ele na adolescência ou não, não se pode fazê-lo, em psicanálise, sem perder de vista a questão da angústia. Em um dos últimos trabalhos em que Freud (1926/1996e) se dedica a falar sobre a angústia, ele a define como um sinal de perigo ante aquilo que o sujeito não consegue suportar. Se retornarmos a um de seus primeiros textos, *Projeto para uma psicologia científica*, vemos que ali Freud (1895/1996g) chama esse estado de sinal, frente à ameaça das exigências da vida, obviamente, à vida pulsional. De nossa parte, nós o reconhecemos como um estado de desamparo e, no caso clínico em questão, o situamos em sua

modalidade radical (Guerra & Januzzi, 2020), dado o desfecho do caso.

Em *Inibições, sintoma e angústia*, Freud (1926/1996e) aborda a angústia como um afeto que se situa na dimensão do movimento do próprio corpo do sujeito. Lacan (1962-1963/2005) retoma essas considerações e propõe que inibição, sintoma e angústia não estão dispostos no mesmo nível para o sujeito e, por isso, na angústia, os afetos o movem ou o paralisam. O afeto não é objeto do recalque. Por isso, como tal, a angústia fica livre, desprendendo-se dos mecanismos de defesa e levando o sujeito a confrontá-la na experiência narcísica, a nível do “Ideal do Eu”. Em *Recordar, repetir e elaborar*, Freud (1914/1996h) usa o termo *agirien* (ou, em inglês, *acting out*) para definir o ato como uma repetição inconsciente, uma lembrança rememorada em ação. Com Lacan (1962-1963/2005), observamos que, na verdade, o que se repete é o lugar do sujeito na fantasia, o sujeito como resto. A estrutura da angústia se articula à da fantasia, ao lugar que cada sujeito se situa na fantasia, na relação com o desejo do Outro. Por isso, é a angústia que sustenta a estrutura do *acting out* no nível do Eu ideal, ou seja, a função em que o Eu se constitui pela série de suas identificações com certos objetos marcados por uma ambiguidade.

A lógica contemporânea de produzir rupturas, radicalidades e desinserção tem aí suas implicações, e a clínica do contemporâneo mostra seus principais desafios ante a desorientação dos corpos e as desconexões sociais radicais, como esse caso atesta.

## DISCUSSÃO

### PRINCÍPIOS PARA O TRABALHO INSTITUCIONAL COM JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Curiosamente, o primeiro, ou um dos primeiros trabalhos considerados de psicanálise aplicada relatado na literatura psicanalítica, é a experiência de um pedagogo e psicanalista austríaco chamado August Aichhorn que, no início do século XX, publicou um livro que recebeu o título de *Juventude desorientada*, para o qual Freud foi convidado a escrever o prefácio. Retomamos aqui o trabalho de Aichhorn, a fim de que dele possamos extrair algumas contribuições para a formalização de alguns princípios norteadores possíveis para o trabalho com jovens institucionalizados e em privação de liberdade. O livro trata, especificamente, do relato da experiência do autor, no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, com jovens institucionalizados e autores de atos infracionais. Em 2006, o livro foi reeditado e seu título foi retraduzido como *Juventude desamparada* (Aichhorn, 1925/2006).

A significante “desamparada”, que faz referência à juventude, amplia a noção de desamparo para além da

necessidade de proteção contra perigos externos. Refere-se ao amálgama da extimidade, ou seja, o modo como o dentro e o fora são vivenciados pelos seres de linguagem como perigos pulsionais. Reforça a ideia de que, ante esse desamparo vivenciado por crianças e jovens, o cuidado exercido por um adulto tem uma função fundamental. Trata-se de uma alusão direta aos efeitos que o abandono, a negligência, superproteção ou a violência exercida pelo adulto cuja função é a de cuidar do sujeito, opera no psiquismo. Temos aí um primeiro princípio: o desamparo em causa para um sujeito de linguagem (no caso, o sujeito adolescente) não se define apenas pela vulnerabilidade social, mas também afetiva e pulsional, experimentada pelo sujeito em sua relação com uma alteridade encarregada de cuidar, proteger, educar ou simplesmente dar-lhe um lugar em seu desejo.

Aichhorn dizia que os casos dos jovens com os quais trabalhou tinham a característica de ter muitas lacunas de história, seja pela dificuldade dos sujeitos de lembrar-se dos acontecimentos devido aos traumas recorrentes, seja pelo desamparo próprio de cada história. Isso, contudo, não funcionava como impeditivo para o trabalho que realizou com os jovens. Em sua experiência, as questões advindas dos casos surgiam na prática com os jovens, ao estilo que a psicanálise freudiana o ensinou: “tal como os encontrei, nem ordenados e nem simplificados” (Aichhorn, 1925/2006, p. 39). E, a partir daí, aprendeu com cada caso a construí-los de acordo com o material que tinha à mão. Aqui temos um segundo princípio: um caso clínico se refere a uma história real, vivida como realidade psíquica, e como tal, não se apresenta com todas as informações que se espera. É importante considerar que as lacunas, exatamente onde aparecem, dizem muito sobre o caso.

Aichhorn (1925/2006) ressalta a importância de se buscar conhecer os motivos inconscientes presentes nas manifestações sintomáticas, a exemplo de transgressões, atos delitivos e outros, a fim de se restabelecer o que hoje chamamos inserção social. Enfatiza a inadequação e a ineficácia de modos repressivos e moralizantes no tratamento das pulsões, já que essas medidas tornam ainda mais agudizados a problemática subjetiva e o conflito social. Baseando-se numa perspectiva freudiana, já na passagem da primeira para a segunda tópica, problematiza a questão da delinquência, afirmando que, em muitos casos, ela poderia ser explicada por uma desregulação dos processos primários do princípio do prazer, que favorecia a satisfação encontrada no ato transgressor. Neste sentido, um terceiro princípio para o trabalho institucional se revela na importância de iniciativas como as do Projeto Ciranda em espaços de institucionalização, por fazerem frente a discursos puramente punitivos e disciplinares, nos quais não há lugar para a palavra do sujeito, sua história, sua relação com o Outro e a abertura a novos movimentos desejantes.

E, por fim, o pedagogo/psicanalista salienta ainda a importância do conceito de transferência no manejo dos casos, o qual o apresentamos como um quarto princípio para o trabalho institucional com jovens institucionalizados. O autor considerando a transferência, aos moldes freudianos, como uma repetição dos laços primordiais infantis, enfatizando, assim, o valor dos primeiros laços amorosos da infância, e a importância da instituição e do profissional que acompanha os casos de se fazer exceção para o sujeito. Aichhorn (1925/2006) apostava na construção de soluções, no âmbito do manejo transferencial dentro da instituição, por acreditar que, assim, seria possível atuar no sentido de incidir sobre a desregulação pulsional. Ele também observou que, como na história de Gabriel, os jovens das instituições nas quais trabalhou se expunham continuamente a perigos ou ao risco de serem castigados. Esses fatos que contrariam as exigências da realidade não o surpreendiam, já que estava alertado da realidade psíquica própria à fantasia e de como esses aspectos ensinavam sobre como os jovens se situavam na sua relação com uma alteridade.

Pela especificidade do manejo transferencial, optamos por nos deter um pouco mais nesse aspecto, discutindo-o com mais profundidade.

### **O MANEJO TRANSFERENCIAL NA INSTITUIÇÃO**

O caso de Gabriel revela o paradigma da clínica da desinserção social, uma clínica pragmática que nos possibilita pensar os fenômenos subjetivos de desconexão social de nossa época. No que se refere à noção de clínica, propriamente, trata-se da importância de se ordenar e formalizar os fundamentos psicanalíticos da desinserção e, no que se refere ao pragmatismo, consiste não na ideia de propor tratamento, mas sim da aplicação da psicanálise nas instituições, por meio do estudo e elucidação dos modos sintomáticos pelos quais as situações de desconexão social se apresentam no contemporâneo.

Para a psicanálise, a relação do sujeito com o laço social é sempre tensionada, já que sempre resta algo de si por não se incluir. Por isso, a desinserção acaba problematizando a noção de laço social. No ato suicida de Gabriel, a heteroagressividade, antes dirigida ao pai, à mãe, aos irmãos, ao colega, retornou para o sujeito de forma destrutiva, por meio do suicídio ocorrido dentro da instituição. Entendemos que, no contexto institucional, esses aspectos não devem ser menosprezados por evocarem efeitos na transferência através de mensagens cifradas.

Freud observa, acerca dos hospitais psiquiátricos de sua época, que a presença da transferência surge, inicialmente, na relação do sujeito com as instituições. Nas “instituições em que doentes dos nervos são tratados de modo não analítico, podemos observar que a transferência ocorre com maior intensidade” (1912/1996a, p. 113). Daí, compreende-se

que a transferência não é uma produção da psicanálise. Via a perspicácia de Freud, a psicanálise nota sua existência e reconhece sua potência como recurso fundamental para o manejo clínico, desde que considerada a realidade psíquica do sujeito. Formulando-a sob o viés da repetição inconsciente de conteúdos ambivalentes, conflitivos e infantis, no âmbito da análise, estes conteúdos são deslocados para a pessoa do analista ou do profissional que cuida do paciente e que, como tal, pode encarnar para o sujeito o lugar da instituição. Assim, as características da transferência não estão necessariamente ligadas “à psicanálise, mas sim, à própria neurose” (Freud, 1912/1996a, p. 113) que, por sua vez, constitui-se a partir dos conflitos sexuais e morais civilizatórios.

As maiores dificuldades apresentadas pela clínica localizam-se, segundo Freud (1915/1996f), no manejo da transferência. São elas as “únicas dificuldades realmente sérias que temos de enfrentar” (p. 177). A transferência pode se apresentar de modo positivo, por meio de sentimentos afetuosos, e hostil, por sentimentos negativos. Junto a outros mecanismos de defesa, Freud (1912/1996a) alerta que não se deve subestimar os afetos que a transferência evoca no sujeito, já que estes trazem em si o elemento central de suas questões na relação com a alteridade. E, por fim, referindo-se ao analista, ou àquele que cuida do paciente, ressalta que, na transferência positiva, esses afetos podem surgir quando estão em causa catexias inconscientes amorosas. Esses processos, no entanto, mostram-se mais evidentes e tensionados na transferência negativa. “A manifestação de uma transferência negativa é, na realidade, acontecimento muito comum nas instituições. Assim que um paciente cai sob o domínio da transferência negativa, ele deixa a instituição em estado inalterado ou agravado” (p. 117).

Na perspectiva de Lacan (1948/1988), a transferência negativa ocorre pelo viés imaginário, por meio de uma das imagos mais ou menos arcaicas do sujeito e que, pelo efeito de sobredeterminação do simbólico,

*(...) degrada, desvela ou inibe o cílio de uma dada conduta, que, por um acidente de recalque, excluiu do controle do Eu uma dada função e um dado segmento corporal, que, por uma ação de identificação, deu sua forma a tal instância da personalidade (p. 110).*

Em uma leitura lacaniana sempre pode haver um amor misturado ao ódio nas relações transferenciais, já que é suposto ao sujeito que o Outro tem o que lhe interessa. É por isso que, em transferência, pode-se despertar no sujeito “todos os sentimentos do mundo” (Miller, 1998, p. 75, tradução nossa) e que uma palavra de ódio pode também ser uma declaração de amor.

Do ponto de vista institucional, apesar da dificuldade em seu manejo, a transferência negativa põe a instituição em



movimento, convoca-a ao trabalho, já que a interroga no cerne de suas ações, fazendo-a avançar a partir do mal-estar que se estabelece. É necessário que saibamos “pôr em jogo a agressividade do sujeito a nosso respeito, já que essas intenções, como sabemos, compõem a transferência negativa que é o nó inaugural do drama analítico” (Lacan 1948/1988, p. 110).

Uma direção possível de trabalho, no âmbito institucional, consiste na possibilidade de a equipe trabalhar para que a instituição, como alteridade que se apresenta para o sujeito como um Outro institucional, possa se fazer exceção para ele na relação com o desejo. Ou seja, é preciso escutar o sujeito, localizando como ele se coloca na relação que estabelece com o desejo do Outro, e não se colocar nesta mesma esteira. O evento traumático do suicídio do jovem Gabriel permite evidenciar um dos aspectos nos quais a radicalidade do manejo transferencial pode chegar, o que, por si só, demonstra o ponto no qual o trabalho institucional pode demandar da equipe. A transferência negativa permite mostrar o quanto este trabalho implica e desafia a equipe que toma um sujeito sob seus cuidados.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A clínica com o sujeito adolescente revela que este é um tempo particularmente favorável à instauração de certa tendência ao agir, sobretudo porque é aí que caem os ideais da infância e a falha do Outro parental, social e institucional. Quando o que resta dessa queda é o desamparo, aí também surge a angústia como sinal ante a constatação da falha em relação ao Outro, favorecendo as saídas via atuação, *acting out* ou passagem ao ato. Trata-se, sobretudo, daquilo que ainda se sustenta ou que se rompe da relação com o Outro.

Se os discursos disciplinares e reparadores ainda produzem seus efeitos em jovens cujas trajetórias trazem marcadores étnico-raciais importantes e advindos de populações periféricas, há, por outro lado, inúmeras experiências institucionais como a proposta da justiça restaurativa, que, no limite do que se é possível restaurar, já que sempre permanece um resto refratário e não tratável, permite-nos considerar a singularidade dos sujeitos com base no paradigma dos casos.

É por essa porta que a psicanálise pode entrar em uma instituição não psicanalítica e colaborar com o trabalho institucional. É por aí que a escuta dos casos permite uma abertura para a realidade psíquica do sujeito, permitindo que se considere, no trabalho institucional, o real em causa na relação do sujeito com o Outro.

### CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue: M.J e A.G coordenaram o projeto de pesquisa; M.J realizou a Análise quantitativa dos dados e A.G e M.J realizaram a Análise qualitativa dos dados; M.J e A.G elaboraram a Metodologia; M.J e A.G contribuíram para a conceitualização e investigação do artigo; A.G foi responsável pela obtenção de financiamento; M.J e A.G realizaram a validação dos dados M.J realizou a Tabulação dos dados A.G realizou a Supervisão direta da pesquisa M.J e A.G fizeram a versão inicial e final do artigo e são responsáveis por sua versão final.

### AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, a todos da equipe que de alguma forma contribuíram nas supervisões clínico-institucionais e à equipe do Projeto Ciranda de Justiça Restaurativa da Faculdade de Direito da UFMG pelo apoio na coleta de dados e parceria na execução da pesquisa.

### DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

### DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Edital Chamada Universal 2017.

### REFERÊNCIAS

- Aichhorn, A. (2006). *Juventud desamparada*. Getisa. (Trabalho original publicado em 1925).
- Alberti, S. (2004). *O adolescente e o Outro*. Zahar.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2a ed.). LTC.
- Arlé, D. G. G. (2018). A justiça restaurativa juvenil na Comarca de Belo Horizonte – Minas Gerais. In F. G. Jayme, & M. Carvalho (Orgs.), *Justiça restaurativa na prática: No compasso do Ciranda*. (pp. 4-30). Del Rey.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir*. Vozes.
- Freud, S. (1996a) A dinâmica da transferência. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 111-119). Imago. (Trabalho original publicado em 1912).

- Freud, S. (1996b). Algumas reflexões sobre a Psicologia do escolar. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 13, pp. 251-259). Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996c). A questão da análise leiga. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 179-148). Imago. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (1996d). Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 11, pp. 243-244). Imago. (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (1996e). Inibições, sintomas e angústia. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 91-177). Imago. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (1996f). Observações sobre o amor transferencial. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 175-190). Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1996g). Projeto para uma psicologia científica. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 5, pp. 335-454). Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1996h). Recordar, repetir e elaborar. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 161-171). Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996i). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 118-230). Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Guerra, A. M. C., & Januzzi, M. E. S. (2020). Vulnerabilidade social e as modalidades do desamparo em Freud: desamparo estrutural, radical e generalizado. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 15(30), 80-100. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1177869>
- Guerra, A. M. C., Januzzi, M. E. S., & Ferrari, I. F. (2021). Desamparo e ações específicas de cuidados com um adolescente na rede pública. *Psicologia em Estudo*, 26, 1-15. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v26i0.51119>
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições: a adolescência*. Contra Capa.
- Lacan, J. (1985). *O seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1954).
- Lacan, J. (1988) A agressividade em psicanálise. In *Escritos* (pp. 104-126). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1948).
- Lacan, J. (2005). *O seminário livro 10: a angústia*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963).
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)
- Miller, J-A. (1998). *Os casos raros, inclassificáveis da clínica psicanalítica - A Conversação de Arcachon*. Biblioteca Freudiana Brasileira.
- Miller, J-A. (2001). *La naturaleza de los semblantes*. Paidós.
- Miller, J-A. (2006). O rouxinol de Lacan. *Curinga*, 23, 15-33.
- Numberg, H., & Federn, E. (1974). *Las reuniones de los miércoles: Actas de la Sociedad Psicoanalítica de Viena*. (Vol. 1). Nueva Visión.
- Ramírez, M. E. (2012). El método clínico de Freud aplicado a la investigación de fenómenos sociales. In M. E. Ramirez & H. Gallo (Orgs.), *El psicoanálisis y la investigación en la universidad* (pp. 129-141). Grama.
- Ribeiro, C. N., & Guerra, A. M. C. (2022). Adolescência, atos e o risco de suicídio. *Psicologia USP*, 31, e190108. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190108>
- Rizzini, I., & Pilotti, F. (1995). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Editora Universitária Santa Úrsula.
- Stevens, A. (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. *Clínica do contemporâneo. Revista Curinga*, 20, 27-39.
- Tendlarz, S. E. (2010). *Actualidad de la agresividad en psicoanálisis de Jacques Lacan*. Grama.

## NOTAS

1. Número do CAAE - Comitê de Ética em Pesquisa: 96236718.3.0000.5149. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) edital universal 2017.
2. O Projeto Ciranda, da Faculdade de Direito da UFMG, compõe, desde 2016, um dos Núcleos de Justiça Restaurativa Juvenil que visa a atender às necessidades individuais e coletivas, responsabilizar as partes do conflito penal ou infracional, vítima, ofensor e membros da comunidade afetados, bem como promover ainda a reintegração da vítima e do ofensor na comunidade.
3. Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, o CIA-BH é o centro criado para unificar as ações de apreensão, investigação e inquérito, acolhimento e contato familiar, e realização de audiências referentes ao adolescente autor de ato infracional.
4. No original, "todos los sentimientos del mundo".

Data de submissão: 24/03/2024  
Primeira decisão editorial: 04/12/2024  
Aceite: 15/01/2025